

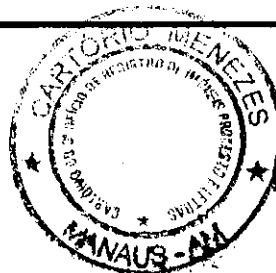
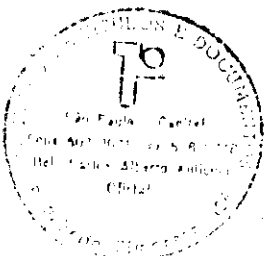
LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

Manaus, 10 de setembro de 1996

REGISTRO:- No 2259 - Manaus, 10 de setembro de 1996.-**TÍTULO:-** Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debentures Conversíveis em Ações, datada da cidade de São Paulo-S.P., de 20 de agosto de 1996.-**EMITENTE:-**TECTOY INDUSTRIA DE BRIQUEDOS S.A., com sede nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 22.770.366/0001-82.-**INTERVENIENTE GARANTIDORA:-** TECTOY ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CGC sob o nº 65.410.862/0001-38.-**AGENTE FIDUCIÁRIO:-** OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CGC sob o nº 36.113.876/0001-91.-**DA AUTORIZAÇÃO:-** A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 06 de agosto de 1996 e Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de agosto de 1996**DOS REQUISITOS:-** A emissão de debentures será feita com observância dos seguintes requisitos: 1) REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - A presente emissão de debentures da EMISSORA, será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais regulamentares pertinentes; 2) ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - A Ata da 10ª Assembléia Extraordinária e a Ata da 25ª Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre emissão de debentures, serão objeto de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas; 3) REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO - Essa escritura está sendo registrada no Cartório da sede da EMISSORA e será registrada no Cartório de Títulos e Documentos da sede da INTERVENIENTE GARANTIDORA.**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:-** A emissão observará as seguintes condições e características: 1) COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO - O lançamento será público, com a consequente intermediação financeira, adotando-se o Procedimento Diferenciado de Distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80; 2) NEGOCIAÇÃO - A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND-Sistema Nacional de Debentures, administrada pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Receita Federal nº 56/88; 3) VALOR DA EMISSÃO - R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS), em número indeterminado de séries, sendo a primeira de R\$ 7.500.000,00 (SETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS), e as demais

Observações:



complementares para atingir o valor total da emissão. 4) QUANTIDADE E VALOR NOMINAL - R\$ 15.000 (quinze mil) debentures no valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma.

CARACTERISTICAS GERAIS DOS TITULOS:- 1) GARANTIA REAL - Garantia Real de Terceiros, constituída no ato em favor dos debenturistas, representada por Caução dos direitos creditórios oriundos dos contratos de locação de bem móvel, relativos aos recebimentos das parcelas mensais do aluguel dos consoles dos videos jogos, garantia esta estipulada no limite mínimo de 140% do valor nominal de emissão das debentures em circulação; em garantia dos recebimentos totais das parcelas dos contratos de aluguel dos referidos consoles, a EMISSORA emitirá, em seu nome e em favor dos debenturistas, Carta de Fiança para pagamento de qualquer parcela do principal e acessórios, vencidos e não pagos, relativos aos ditos contratos de aluguel, sendo que, a EMISSORA automaticamente efetuará substituições quando necessárias, a fim de manter os limites da garantia; ainda em cumprimento de todas as obrigações principais e acessórios assumidas na Carta de Fiança e nesta Escritura, a EMISSORA dá em caução, os direitos creditórios relativos aos Contratos de Mútuo que tenha firmado ou que venha a firmar com a TECTOY ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA, Interveniente Garantidora, cujos os níveis serão complementados e/ou ajustados em conformidade com as relativas necessidades determinadas pelo Agente Fiduciário. Em função das Garantias Reais constituídas, em especial com relação aos recebimentos dos contratos de aluguel a Assembléia autorizou a Administração/Diretoria a providenciar abertura de contas correntes vinculadas em Instituição Financeira a serem indicadas em conjunto pelo Agente Fiduciário e a EMISSORA, cujos recursos nela depositados ficarão bloqueados/caucionados para formação do Fundo de Amortização ou utilização em qualquer condição para pagamentos de débitos em relação à emissão. Os contratos relativos à formalização e administração das garantias constituem-se respectivamente ao Anexo I - "Instrumento Particular de Prestação de Garantia Real mediante Constituição de Caução de Direitos Creditórios", Anexo II - "Acordo de Gestão Operacional de Garantias e Outras Avenças", os quais são parte integrante da Escritura de Emissão; 2) CONDIÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA: Não Há; 3) CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES: Não Há; 4) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO - As debentures serão subscritas pelo valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, a partir da data de emissão, ou da data determinada para

CONFERIDO
VERSO E
ANVERSO
DESTA
R\$ 1,60

14
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
CAPITAL
São Paulo

progratua a qual
me foi apresentado

12 SET 1996

WALDEIR SARDINHA
ESCREVENTE



Valor recebido em
Autenticação

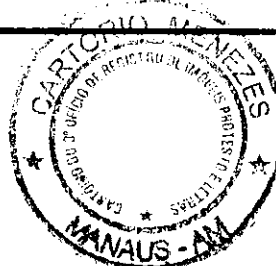
LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

10 de setembro de 96
Manaus,

último pagamento de juros, até a data da integralização. A integralização será à vista, no ato da subscrição; 5) DATA DE EMISSÃO, ÉPOCA E CONDIÇÕES DE VENCIMENTO E RESGATE - A data de emissão será de 01 de julho de 1996, com prazo até 01 de março de 1999; a primeira série conterá cláusula de repactuação e de recompra em 01 de março de 1997; 6) ÉPOCA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO DOS JUROS - Os juros das debentures da 1ª série serão calculados com base na taxa ANBID e capitalizados com "spread" de 2% (dois por cento) ao ano. Os juros das debentures da primeira série serão pagos mensalmente nos dias 01/08/96, 01/09/96, 01/10/96, 01/11/96, 01/12/96, 01/01/97; 01/02/97 e 01/03/97. O Conselho de Administração da Sociedade deliberará sobre as demais condições de cálculo e pagamento dos juros da 1ª série, após 01/03/97, bem como das demais séries, na forma da delegação do item IV da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão; 7) VENCIMENTO ANTECIPADO - O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente emissão com relação as respectivas debentures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das mesmas debentures, acrescido de juros e prêmio, se houver, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela EMISSORA e/ou qualquer de suas controladas, ou coligadas, notadamente a TEC TOY ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA; b) caso a EMISSORA descumpra o seu estatuto social, notadamente no que tange às restrições estabelecidas ao respectivo objeto social; c) em caso de declaração judicial, administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da EMISSORA e/ou da sua liquidação; d) em caso de se verificar a caução de crédito que não atendam aos requisitos de elegibilidade fixados pelo Agente Fiduciário e comunicados previamente à EMISSORA em percentual superior a 5% (cinco por cento) do valor dos créditos caucionados, sem o devido enquadramento no prazo de dois (02) dias após a comunicação do Agente Fiduciário; e) caso a EMISSORA deixe de cumprir as obrigações, notadamente no que tange ao pagamento das obrigações pecuniárias e ao disposto na Clausula VI - "Obrigações Adicionais da EMISSORA", não sendo sanada a omissão no prazo de quarenta e oito (48) horas da data em que a EMISSORA for notificada por escrito da mesma emissão; f) caso a caução contrarie as restrições estabelecidas no item supra, desta cláusula, por mais de dois (02) dias consecutivos; g) em caso de fusão, cisão, incorporação da EMISSORA ou de outra sociedade controlada pela mesma, sem prévia autorização do Agente Fiduciário; h) na ocorrência de eventos graves de natureza

Observações:



econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, tais como planos econômicos divulgados pelas autoridades monetárias; i) extinção, alteração nos critérios de apuração ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares que não mais permitam a utilização da taxa ANBID como base de remuneração nas emissões de debentures; inviabilização pela superveniência de normas legais ou regulamentares da caução de direitos creditórios nas condições previstas no item 1 supra, desta cláusula, sem que ocorra a inclusão na caução de ativos financeiros aprovados pelo Agente em igual volume ao dos direitos creditórios cuja caução seja inviabilizada, o mesmo valendo para os contratos de mútuos financeiros e dos consoles também ora caucionados na operação; k) exceto nos casos previstos nas alíneas "a" a "f", "j" deste item, a declaração de vencimento antecipado depende de prévia aprovação de Assembleia dos Debenturistas dessa emissão, especialmente convocada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer debenturista, caso o Agente Fiduciário não o faça, para avaliação do comprometimento do recebimento das debentures. Na ocasião, o Agente Fiduciário apresentará relatório em que analisará a situação; 8) LOCAL DE PAGAMENTO - Os pagamentos referentes ao principal e rendimento a que farão jus as debentures, serão efetuadas pela EMISSORA, através do CETIP ou ainda em sua sede, na hipótese do debenturista não estar vinculado aquele sistema; RESGATE ANTECIPADO: A EMISSORA, a seu critério, por deliberação do Conselho de Administração, poderá determinar, a qualquer tempo a contar da data da subscrição, o resgate antecipado das debentures, mediante aviso publicado com antecedência de 30 dias do evento, que deverá ocorrer sempre em datas coincidentes com o dia 10 do mês do calendário; 9.1 - O resgate antecipado parcial será efetuado mediante sorteio; 9.2 - As debentures serão resgatadas pelo seu valor nominal acrescido de juros e prêmios, se houver; 10) AQUISIÇÃO FACULTATIVA - A EMISSORA, a seu critério, por deliberação do Conselho de Administração, poderá efetuar, a qualquer tempo, a aquisição de debentures em circulação, por preço não superior ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios e prêmio, se houver, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debentures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser colocadas no mercado; 11) JUROS MORATORIOS - Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas previstas na Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e

CONFIRMADO
VERSO É
ANVERSO
DESTA
R\$ 1,60



REGISTRO CIVIL
CAPITAL
São Paulo
14 de Setembro de 1996
12 SET 1996
WALDECK SARDINHA
ESCREVENTE

LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

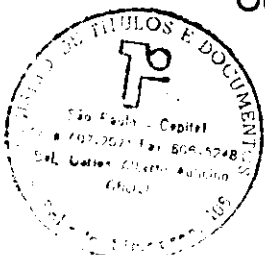
CERTIDÃO

10 de setembro de 96
Manaus,

premio se houver, sem prejuízo das obrigações pecuniárias previstas naquele instrumento, incidentes sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; 12) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRESCIMOS: Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não dará direito àquele recebimento, e dos juros remuneratórios relativo ao período do atraso, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento; 13) PUBLICIDADE - Todos os atos e decisões decorrentes dessa emissão que de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, em jornal de circulação nacional.

CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBENTURES DA 1ª SÉRIE:- As debêntures dessa 1ª série terão as seguintes condições e características: 1) VALOR - R\$ 7.500.000,00 (SETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) na data da emissão de 01 de julho de 1996; 2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL - Serão emitidas 7.500 debêntures, nominativas, não endossáveis, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS), na data da emissão; 3) JUROS REMUNERATÓRIOS - As debentures farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de emissão correspondente à variação acumulada da taxa ANBID, acrescida, cumulativamente, de um "spread" de 2,0% (dois por cento) ao ano, incidente sobre o valor nominal da debênture, calculados "pro rata temporis" por dias decorridos, pagos mensalmente no 1º dia útil de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 01.08.96, os demais no 1º dia útil do mês subsequente e o último na data da primeira repactuação das debêntures. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula: $J = V \times \{ [(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_n) \times (1,02)^{n/360}] \}$ onde: V = Valor nominal d debênture; n = número de dias corridos do "Período de Capitalização". a1, a2, an = Fator das taxas divulgadas pela ANBID, pré-fixadas, durante o "Período de Capitalização", J = Valor dos juros remuneratórios, devidos ao final de cada "Período de Capitalização". Define-se como "Período de Capitalização" aquele ue se inicia na data de emissão das debentures, ou na data do último pagamento de Juros, conforme o caso, e termina na data do próximo pagamento de Juros e, como "Sub-Períodos de Capitalização", os prazos definidos de acordo

Observações:



com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período, limitado ao encerramento do "Período de Capitalização". Assim: a) O primeiro Sub-Período inicia-se na data de emissão e termina no prazo definido pela taxa ANBID pré-fixada, mais negociada, apurada naquela data; b) Os Sub-Períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do "Sub-Período" anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do Sub-Período em vigor; c) As taxas dos Sub-Períodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro rata temporis" por dias decorridos, se necessário, até a data dos efetivos pagamentos de juros, de forma a cobrir todos os "Períodos de Capitalização". Os termos a1, a2 an serão obtidos de acordo com a seguinte formula:

$$an = \frac{(1 + \text{Taxa ANBID1})^{d/360}}{100} \quad \text{onde,}$$

Taxa ANBID1 = Taxa divulgada pela ANBID no dia referente a "an", na forma percentual ao ano; d = número de dias corridos do "Sub-Período de Capitalização". Caso a Taxa ANBID mais negociada divulgada referente a "an" seja uma Taxa do CDI-over, o termo "an" será obtido de acordo com a seguinte formula:

$$an = \frac{(1 + \text{Taxa ANBID2})}{3000} \quad \text{onde}$$

Taxa ANBID2 = Taxa divulgada pela ANBID no dia referente a "an", na forma percentual ao mês. 4) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO - As debentures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, a partir da data da emissão, ou da data determinada para último pagamento de juros, até a data da integralização. A integralização será à vista, no ato da subscrição. 5) ESPÉCIE E GARANTIA - As debentures serão da espécie com garantia real, conforme aprovado na AGE de 06 de agosto de 1996, que deliberou sobre a emissão, e os documentos de constituição das garantias são parte integrante desta Escritura de Emissão; 5.1. O valor da Garantia Real será sempre equivalente a 140% (cento e quarenta por cento) do valor nominal das debentures emitidas; 5.2. A suficiência e exequibilidade das garantias será apurado mensalmente pelo Agente Fiduciário; 5.3. Para efeito do cálculo dos juros das garantias será considerado o valor dos direitos subscritores dos contratos de aluguel de video jogos da empresa garantia,



REGISTRO CIVIL
DA CAPITAL
São Paulo

original a qual
foi apresentado

12 SET 1996

WALDECIR SARDINHA
ESCREVENTE



LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

10 setembro 96
Manaus, de de

bem como dos recursos recebidos em decorrência da realização dos direitos creditórios; 5.4. Serão elegíveis, para efeito do cálculo do valor das garantias, as prestações dos contratos de aluguel de video jogos, que serão consideradas passíveis de recebimento dentro do período de até nove (09) meses contados a partir do mês de cálculo, inclusive, admitidos como passíveis de recebimento os valores decorrentes da aplicação dos seguintes percentuais sobre os valores totais das prestações vencíveis ou vencidas a cada mês: * no mês de vencimento - 60% (sessenta por cento); * com 01 mês de atraso - 15% (quinze por cento); * com 02 meses de atraso - 4% (quatro por cento); * com 03 meses de atraso - 3% (tres por cento); * com 04 meses de atraso - 2% (dois por cento); * com 05 até 09 meses de atraso - 1% (hum por cento); 6) REPACTUAÇÃO - Fica desde já definido que a data da primeira repactuação será 01 de março de 1997. O Conselho de Administração da EMISSORA reunir-se-á com antecedência mínima de 10 dias da data de repactuação, para deliberar sobre os juros e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessários, seus critérios e épocas de pagamento e período de repactuação subsequente. As deliberações do Conselho de Administração da EMISSORA relativas a cada repactuação serão publicadas pela EMISSORA até o 10º dia que anteceder à data de repactuação; 7) FUNDO DE AMORTIZAÇÃO E ACELERAÇÃO DO VENCIMENTO - O Agente Fiduciário considerar como evento de aceleração e constituir Fundo de Amortização para tal, sempre que executada a verificação mensal da suficiência das garantias, sejam verificados recebimentos das prestações em percentuais acumulados inferiores aos estabelecidos no Item 5.4 acima; 7.1. Nestes casos o Agente Fiduciário fará a retenção no Fundo de Amortização de R\$ 1,00 (hum real) para cada R\$ 1,00 (hum real) recebido a menor em relação aos percentuais pré-estabelecidos; 7.2. Os contratos com prestações em atraso acima do estabelecido deverão ser substituídos no prazo de dois (02) dias úteis contados a partir da data da notificação pelo Agente Fiduciário; 7.3. Os recursos do Fundo de Amortização, deverão ser aplicados pelo Agente Fiduciário em Fundos de Investimento Financeiro, Fundos de Renda Fixa ou outros instrumentos de renda fixa, junto a Instituições Financeiras de 1ª linha; 7.4. Os recursos retidos no Fundo de Amortização serão liberados pelo Agente Fiduciário, sempre que, após realizada a verificação mensal de suficiência das garantias, seja constatado que o percentual acumulado de recebimento das prestações dos contratos de aluguel de video jogos caucionados esteja dentro dos níveis estabelecidos no Item 5.4 acima.

Observações:



OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA:- 1. Fornecer ao Agente Fiduciário: a) dentro de no máximo 7 (sete) dias após o término de cada mês, relatório relativo ao processo de caução de créditos, incluindo o fluxo de caixa a ele relativo, com pelo menos todas as informações constantes do VI.1.1. abaixo: b) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período; c) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA ou a sua administração e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA. d) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM no: 202, de 06/12/93, nos prazos nela previstos; e) prontamente as informações solicitadas e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por ele contratado), legalmente constituídos e previamente indicados, visitem as dependências onde sejam conduzidos os negócios da EMISSORA, e que tenham acesso aos seus livros, registros contábeis e controle de todos os direitos creditórios, que objeto da garantia, quer não; f) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais, ordem do dia, antes de a assembleia se realizar, e de todas as atas de reuniões do Conselho de Administração da Diretoria e do Conselho Fiscal. g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relativa aos serviços e atividades objeto desta Escritura de Emissão; h) Manter atualizados junto ao Agente Fiduciário, ou a quem ele indicar, cópia dos sistemas de cobrança e cadastro; i) Enviar bimestralmente ao Agente Fiduciário, relatório auditado dos novos recebíveis que forem incorporados à garantia, bem como o relatório inicial na data da emissão. 1.1. O relatório referido no sub-ítem VI.1.a. deverá conter, pelo menos, informações referentes a: a) fluxo de caixa do processo de caução de créditos no período; b) atendimento dos critérios de elegibilidade para caução de créditos estabelecidos pelo Agente Fiduciário (ou Escritura da Emissão); c) balancete e conta de resultados da Interviente Garantidora abrangido pelo período. 2. A EMISSORA obriga-se, ainda a: a) manter seu passivo, representado pela soma de notas promissórias emitidas, debêntures como garantia real ou flutuante que estejam em circulação (isto é, em poder

CONFERIDO
VERSO E
ANVERSO
DESTA
R\$ 1,60



14 CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
SUBDISTRITO DA CAPITAL
Rua Almeida Prado, 100 - Lapa
Tel. Carlos Alberto Nulicchio - 551-5195
C. de Registro - 116
Assinado e rubricado pelo Cartográfico a qual
foi apresentado
São Paulo,
12 SET 1996
WALDECIR SARDINHA
ESCREVENTE

LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

10 de setembro de 96
Manaus,

mercado e não em tesouraria), e de outras formas de endividamento (exceto as representadas por títulos subordinados ou quirografários), em percentual não superior à 50% do valor contábil de seus ativos; b) Não alienar, até o vencimento final de todas as séries da presente emissão o controle acionário da TecToy Administração e Comércio Ltda; c) não realizar operações fora de seu objeto social; d) proceder à adequada publicidade dos dados econômicos-financeiros nos termos da Lei no: 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais; e) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis; f) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; g) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA e/ou da TECTOY Administração e Comércio Ltda, por mais de 2 (dois) dias úteis; h) contratar auditor independente para examinar os relatórios referidos no item 1 deste, bem como todo o processo de caução dos direitos creditórios e outros bens que integram a garantia real dessa emissão, auditor esse que deverá ter sua indicação previamente aprovada pelo Agente Fiduciário.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO:- A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da Escritura, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, o qual no ato da escritura e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei e a Escritura, representar a comunhão dos títulos das debêntures perante a EMISSORA.

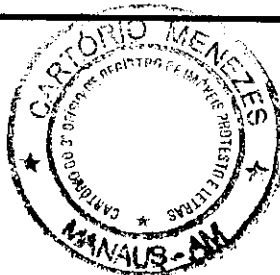
1. Deveres do Agente Fiduciário: Além de outros previstos em Lei, em atos normativos da CVM e nos Contratos anexos a Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário: a) proteger os direitos e interesses dos debênturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e/ou registros magnéticos de informação e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidas da EMISSORA.

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura da Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões,

Observações:



falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos às expensas da EMISSORA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) exercer, especialmente quanto ao controle da efetividade a realização da garantia real constituída em favor dos debenturistas, as seguintes atribuições:

f.1) contratar, às expensas da emissora, auditoria permanente de empresa especializada registrada n CVM, no que se refere ao processo de caução de direitos creditórios e sua realização pela Interviente Garantidora, caso a mesma não o faça nos termos do item VI.2h - Obrigações Adicionais da Emissora;

f.2) acompanhar, diretamente ou através de prepostos que vier a indicar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento do processo de caução dos direitos creditórios e sua realização e substituição, especialmente quanto ao nível de inadimplência dos deveres responsáveis pelos créditos, caucionados e outros critérios de elegibilidade dos devedores responsáveis pelos direitos creditórios caucionados;

f.3) verificar a manutenção da relação mínima prevista no item 1 da Cláusula IV - Garantia Real, entre os direitos creditórios oriundos dos Contratos de locação de bens móveis integrantes da garantia das debêntures e o montante das debêntures em circulação;

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

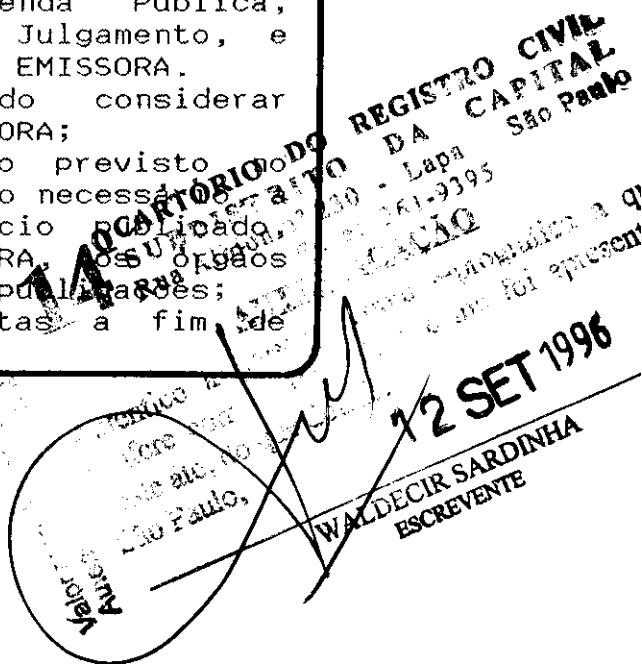
h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a EMISSORA.

j) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

k) convocar, na ocorrência de qualquer evento previsto item IV.7 - "Vencimento Antecipado", ou quando necessário, assembleia de debenturistas, mediante anuncio publicado pelos menos três vezes, às expensas da EMISSORA, nos órgãos de imprensa nos quais esta deve efetuar suas publicações;

l) comparecer às assembleias dos debenturistas a fim de



LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

Manaus, 10 de setembro de 96

prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatórios mensais destinados aos debenturistas que resumirão o acompanhamento das garantias e anualmente relatório com as informações previstas no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei no: 6.404/76, os quais deverão conter, ao menos as seguintes informações:

m.1) eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA.

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA.

m.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado e de outras debêntures ou qualquer outro título de crédito porventura emitidos pela EMISSORA.

m.5) resgate e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA.

m.7) valores de constituição e distribuição de aplicações do Fundo de Amorização com comentários sobre sua eficiência;

m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA na Escritura de Emissão;

m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a sua função de Agente Fiduciário.

n) colocar os relatórios mensais e o relatório anual de que trata a alínea "m" deste item 1, à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de, respectivamente, 20 dias do encerramento de cada mês e quatro (4) do encerramento do exercício social da EMISSORA, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede na EMISSORA;

n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM.

n.4) nas instituições que lideraram a colocação das debêntures.

o) elaborar, mensalmente, sem prejuízo dos relatórios referidos na alínea "m", deste item 1, análise dos relatórios relativos ao processo de caução de direitos creditórios fornecidos pela EMISSORA na forma da Cláusula VI - Obrigações Adicionais da EMISSORA.

Observações:



LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

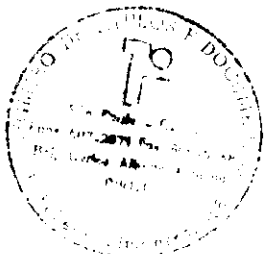
10 de setembro de 96
Manaus,

volume da emissão de debêntures, vencíveis a primeira no 10. dia do mês subsequente ao da assinatura da escritura de emissão e as demais no 10. dia dos meses subsequentes, respeitado o valor mínimo de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais) por mês. b) 01 parcela de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), vencível 05 dias após o registro na CVM, a título de implantação do serviço.

c) A remuneração prevista no item "a", será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador se houver), neste caso prevalecerá a última mensalidade como base de referência para o seu pagamento.

d) parcela mínima referida no item "a" acima será atualizada pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo a partir de 01.07.96, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata", dia se necessário; e) A EMISSORA, na data da 1a. integralização das debêntures, efetuará um depósito equivalente a 0,5% sobre o montante total da emissão de debêntures considerando os juros e prêmio decorridos. Estes recursos garantirão o reembolso, na hipótese de não ser efetuado pela emissora, de eventuais despesas futuras necessárias ao desempenho das atribuições do Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos debenturistas, na forma prevista em Lei. Tais despesas incluem, entre outras: custas judiciais, honorários advocatícios, viagens, estadias, remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, publicações, convocações de Assembléia e Registro de Aditamentos; e.1) A EMISSORA autoriza o Coordenador a efetuar o depósito previsto no caput deste item em conta corrente da EMISSORA mantida junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO. e.2) Os recursos serão aplicados em ativos escolhidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, após prévia aprovação da EMISSORA, sendo que os não utilizados serão devolvidos à EMISSORA quando do resgate ou do vencimento total das debêntures; e.3) A EMISSORA se obriga a manter o depósito acima durante a vigência das debêntures, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar complementação, na hipótese de sua depreciação. f) As remunerações cobrem os serviços a serem prestados pela equipe técnica da Oliveira Trust DTVM, não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA, desde que claramente indispensáveis. Na remuneração não estão incluídas igualmente despesas com contratação de serviços de terceiros especialistas, caso seja necessários, tais como auditoria, fiscalização e

Observações:



assessoria legal, entre outros; g) Todas as despesas com procedimento legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIARIO poderá utilizar-se dos recursos do Fundo previsto na letra "e", acima. g.1) Se não mais existirem recursos no Fundo, as despesas adicionais necessárias para resguardar os direitos e interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIARIO na hipótese da emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 dias. h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura de Emissão. i) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos; ISS, PIS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. 5. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIARIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos. 5.1) O ressarcimento a que se refere este item 5, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos. 5.2 - As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes: a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis pela ocorrência de omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debêntures. 6.) SUBSTITUIÇÃO - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outra situação de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas, para a escolha do novo AGENTE FIDUCIARIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIARIO ou pelo

CONFERIDO
VERSO E
ANVERSO
DESTA
R\$ 1,60

REGISTRO CIVIL
DA CAPITAL
São Paulo
Lapa
10205
prográfica a qual
foi apresentado
2 SET 1990
WALDECK SARDINHA
ESCREVENTE



LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

CERTIDÃO

Manaus, 10 de setembro de 96

ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito (08) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO; 6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO estará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição; 6.2. Na hipótese do AGENTE FIDUCIÁRIO não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição, neste caso obriga-se a alienar o novo AGENTE FIDUCIÁRIO as ações de que é titular. 6.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para este fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação; 6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores; 6.5. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura; 6.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

DA ASSEMBLEIA:- 1) Os titulares das debentures previstas nesta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial a fim de deliberarem sobre matéria de seu interesse; 2) A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação de cada uma das séries e pela CVM - Missão de Valores Mobiliários; 3) Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404 de 15.12.76, sobre a Assembleia geral de Acionistas; 4) A Assembleia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debentures em circulação e em segunda convocação com qualquer número; 5) A Assembleia poderá, pelo voto de 50% (cinquenta por cento) dos titulares, no mínimo,

Observações:



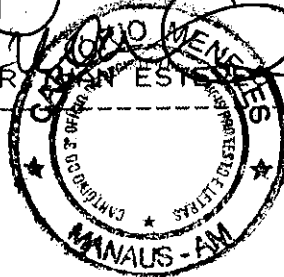
das debentures em circulação, aprovar modificações nas condições das debentures; 6) Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembleia dos Debenturistas; 7) O AGENTE FIDUCIARIO deverá comparecer à Assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

FORO:- Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventuras oriundas dessa Escritura.-

REGISTRADO por:

OFICIAL EM EXERCICIO:

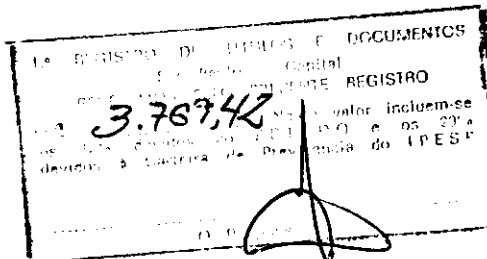
(DR. GILSON ESTEVES RIBEIRO)



CONFERIDO
VERSO E
ANVERSO
DESTA
R\$ 1,60

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CAPITAL

SAO PAULO
DA ROBERTO SPANISH, 406 - FONE: 607-2071
Oficial Bel. CARLOS ALBERTO AULICINO
Apresentado hoje, protocolado e Registrado em
Microfilm 380 - 2347510
São Paulo, 12 SET 96



14 CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
SUBDISTRITO DA CAPITAL
Rua Albion nº 230 - Lapa
São Paulo
Fone: 281-9395

AUTENTICAÇÃO

Autentica a presente cópia reprográfica a qual
corresponde ao original, que me foi apresentado
do que dou fé.

12 SET 1996

WALDECIR SARDINHA
ESCREVENTE

Autenticação recebida por 500